

MESTRADO EM DIREITO E ECONOMIA DO MAR

Gestão Marítimo-Portuária e Direito Portuário

PROGRAMA

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Coordenador: Professor Doutor Jorge Bacelar Gouveia

Regente: Professor Doutor Duarte Manuel Lynce de Faria

Ano letivo: 2018/2019

Curso: 2º ciclo

Semestre: Primeiro

ECTS: 4

Contactos dos docentes: duarte.faria@apsinesalgarve.pt;

Horas de contacto: 2 horas de contacto por semana.

2. OBJETIVOS E COMPETÊNCIAS A ADQUIRIR

- 1) Compreender o funcionamento do mercado de “*shipping*” sob as perspetivas económica e de negócio, analisando a relacionamento entre nações, indústrias, mercados e tecnologias.
- 2) Identificar o quadro institucional da atividade portuária e dos diversos intervenientes envolvidos: a autoridade e o instituto regulador, as administrações portuárias e os regimes jurídicos dos agentes económicos que atuam preferencialmente na área portuária (designadamente, as atividades dos agentes de navegação, dos transitários, da pilotagem, dos reboques e marítimo-turísticas).
- 3) Identificar o enquadramento legal relativo ao domínio público sob jurisdição portuária. Analisar o regime das concessões de serviço público de movimentação de cargas em áreas portuárias e os demais títulos de utilização dominial no sector portuário.
- 4) Identificar o regime geral da operação portuária e do trabalho portuário e analisar a sua evolução, em particular, nos últimos 50 anos.
- 5) Identificar as linhas orientadoras da política portuária europeia e a regulamentação relativa ao setor portuário, designadamente, a que respeita ao acesso ao mercado dos serviços portuários.
- 6) Identificar e analisar o regime geral do sistema tarifário nos portos.

3. PROGRAMA

- 1) Apresentação e objetivos (1 tempo).
- 2) Organização do mercado de “shipping” (1 tempo).
- 3) Comércio marítimo e sistemas de transporte de granéis e de linha (2 tempos).
- 4) Ciclos de mercado e gestão do risco (1 tempo).
- 5) Fundamento económico do mercado: oferta, procura e estrutura do frete marítimo (2 tempos).
- 6) Índices e derivativos de frete (1 tempo).
- 7) Financiamento marítimo (1 tempo).
- 8) Organização e gestão portuária (2 tempos).
- 9) Intermodalidade e co-modalidade (1 tempo).
- 10) Quadro institucional da atividade portuária e dos agentes económicos que operam no setor (3 tempos).
- 11) Quadro legal relativo ao domínio público sob jurisdição portuária (2 tempos).
- 12) Quadro legal da operação portuária e do trabalho portuário (2 tempos).
- 13) Enquadramento europeu do setor portuário (2 tempos).
- 14) Regime geral do sistema tarifário nos portos (2 tempos).
- 15) Exposição temática sobre o setor e/ou visita a um porto (2 tempos).
- 16) Conclusões finais (1 tempo).

4. MÉTODOS DE AVALIAÇÃO

As sessões integrarão questões teóricas de enquadramento dos temas, alguns dos quais poderão ser abordados por especialistas convidados do setor marítimo-portuário, dos transportes e da logística que darão uma visão atualizada sobre os principais desenvolvimentos e desafios para o quadro legal aplicável.

O ensino consistirá de aulas teóricas e exercícios práticos, podendo ainda ser prevista a visita a um porto.

A avaliação será baseada num exame final (50%), num estudo de caso (30%) e na participação nas aulas (20%).

5. BIBLIOGRAFIA

- Branch, A. Edward, “Elements of Shipping”, Routledge, 8th Edition, 2007.

- Caldeirinha, Vitor (2007), Textos sobre Gestão Portuária 1999/2006, Lisboa, Edição da Revista “Cargo”.
- Caldeirinha, Vitor (2011), Testos sobre Gestão Portuária II, Lisboa, Edição da Revista “Cargo”.
- Levinson, M., “The Box: How the Shipping Container Made the World Smaller and the World Economy Bigger”, Princeton University Press, 2008.
- Lima Torres, José (2001), Legislação Portuária, Almedina, Coimbra, 640 pp.
- Rocha, Amadeu (2005), O papel da Administração Pública e o envolvimento do sector privado na gestão dos portos portugueses, Edição APDL - Administração dos Portos do Douro e Leixões, 168 pp.
- Salvatore, D., “International Economics”, 11th Edition, John Wiley & Sons, 2013.
- Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território (1999), Política Marítimo-Portuária Rumo ao Século XXI: Livro Branco, SEAMEPAT, Lisboa, 318 pp.
- Secretaria de Estado dos Transportes (2006), Orientações Estratégicas para o Sector Marítimo-Portuário”, MOPTC, Lisboa, 168 pp.
- Secretaria de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações (2014), Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas, Horizonte 2014-2020 (PETI), Governo de Portugal, Lisboa.
- Sousa, João Figueira de (2003), Portos, Transportes Marítimos e Território, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Lisboa.
- Stopford, M., “Maritime Economics”, 3rd Edition, Routledge, 2009.

6. LEGISLAÇÃO

- **Decreto-Lei nº 338/98, de 3/11**, que transforma a Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, instituto público dotado de personalidade jurídica de direito público e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos (exemplo de estatuto de uma administração portuária juntamente com as demais existentes cujos diplomas iniciais são igualmente de 1998), in <https://dre.pt/application/file/222965>.
- **Decreto-Lei n.º 298/93, de 28/08**, que estabelece o regime jurídico da operação portuária, alterada pelo Decretos-Lei n.ºs 324/94 e 65/95, de, respetivamente, 30/12 e de 7/04, in <https://dre.pt/application/file/631772>
- **Decreto-Lei n.º 324/94, de 30/12**, que estabelece a lei geral das concessões do serviço público de movimentação de cargas em cais e terminais portuários, in <https://dre.pt/application/file/321815>
- **Decreto-Lei nº 273/2000, de 9/11**, que aprova o regulamento do Sistema Tarifário dos Portos do Continente, in <https://dre.pt/application/file/621981>

- **Decreto-Lei nº 46/2002, de 2/03**, que atribui às autoridades portuárias a competência integrada em matéria de segurança nas suas áreas de jurisdição, in <https://dre.pt/application/file/251892>
- **Diretiva 2005/65/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26/10**, sobre o reforço da segurança nos portos, http://www.dgrm.min-agricultura.pt/xeo/attachfileu.jsp?look_parentBoui=2031602&att_display=n&att_download=y
- **Decreto-Lei nº 226/2006, de 15/11**, que transpõe para o direito nacional a Diretiva do Código ISPS, in <https://dre.pt/application/file/544718>
- **Lei nº 58/2005, de 29/12/2005**: aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Diretiva nº. 2000/60/CE do Parlamento e do Conselho e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas, Água in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/01-lei-58_2005-lei-da-%c3%a1gua.pdf
- **Decreto-Lei nº 226 - A/2007, de 31 /05**, que estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, alterado pelo Decreto-Lei nº. 391-A/2007, de 21/12, in http://www.apambiente.pt/dqa/assets/10-decreto_lei-226a_2007.pdf
- **Decreto-Lei nº 133/2013, de 3/10**, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, in <https://dre.pt/application/file/500153>
- **Lei nº 3/2013, de 14/01**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário, in <https://dre.pt/application/file/588749>
- **Decreto-Lei nº 421/99, de 21/10**, que aprova o Estatuto de Pessoal das Administrações Portuárias (EPAP)
- **Decreto-Lei nº 48/2002, de 2/03**, diploma que regula a atividade do Serviço Público de Pilotagem
- **Decreto-Lei nº 75/2001, de 27/02**, que regula o exercício da atividade de reboque de navios e embarcações nas áreas dos portos;
- **Decreto-Lei nº 280/1993, de 13/08**, que estabelece o regime jurídico do trabalho portuário prestado nas diversas tarefas de movimentação de cargas nas áreas públicas ou privadas, dentro da zona portuária.
- **Decreto-Lei nº 61/2012, de 15/03**, que transpõe a Diretiva n.º 2009/16/CE (EUR-Lex), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril de 2009, relativa à inspeção de navios pelo Estado do porto.
- **Decreto-lei nº 264/2012, de 20/12**, que estabelece o regime jurídico do acesso à atividade de agente de navegação, conformando-o com a disciplina da Lei n.º 9/2009, de 4 de março, e do Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de julho, que transpuseram as Diretivas nº 2005/36/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 7 de setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de dezembro de 2006, relativa aos serviços no mercado interno.
- **Regulamento (UE) n.º 2017/352** do Parlamento Europeu e do Conselho de 15 de fevereiro de 2017 que estabelece o regime da prestação de serviços portuários e regras comuns relativas à transparência financeira dos portos.

7. JURISPRUDÊNCIA

Nada a mencionar.